

História e Culturas Políticas

Definições, usos, genealogias

History and Political Cultures

Definitions, Uses, Genealogies

ELIANA R. DE FREITAS DUTRA

Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO O artigo pretende fazer um balanço dos usos, das definições, e da história do conceito de cultura política, tendo como pano de fundo a renovação da história política. Objetiva-se também realizar um inventário de algumas tendências de análise e direções de pesquisa que, nesse campo, têm marcado a historiografia na sua produção contemporânea e no seu diálogo com outras ciências sociais.

Palavras-chaves Cultura política, historiografia, teoria da história

ABSTRACT This article aims at an assessment of the uses, definitions, and history of the concept of political culture, within a background of the renewal of political history. Another aim is to make an inventory of some analytical and research tendencies which, in this field, have been important in historiography both for its contemporary production and its dialogue with other social sciences.

Key words political culture, historiography, theory of history

A realização de uma reflexão sobre as relações entre a História e as Culturas Políticas no campo da historiografia se impõe, dada a constata-

ção das direções que as análises dos fenômenos políticos têm seguido nos últimos anos. Essas análises têm mobilizado, no interior da chamada história política, um conjunto de elementos explicativos cujo resultado mais visível é sem dúvida a imposição de metodologias, objetos, práticas teóricas, e problemáticas que, embora plurais, dadas as orientações e inspirações advindas de diferentes campos disciplinares, respondem definitivamente pela presença do conceito de cultura política e sua conseqüente ampliação. Por isso mesmo, no nosso entender, se faz necessário precisar seus contornos e algumas das suas vertentes e linhas de influência.

Recentemente, o organizador de uma obra, de feição interdisciplinar, que se dispôs a reunir estudiosos para pensar as culturas políticas nas suas definições; especificidade; organização, mutações e invariâncias, apontou as dificuldade de se chegar a um conceito preciso. Isso porque, tal como ele apropriadamente assinala, o recenseamento dos usos da noção de cultura política “que se coloca em diferentes espaços teóricos e se inscreve em diferentes projetos empíricos, desafia a produção de uma definição consensual, que satisfaça a todas as línguas de pesquisadores, que seja apropriada a todas as constelações de temas e a todas as grandezas de escala em uso nas ciências sociais, históricas e políticas”.¹

Diante disso, portanto, talvez a imagem de um caleidoscópio, ainda que possa parecer pouco apropriada, talvez seja a única capaz de traduzir o exercício experimental de montagem de um cenário analítico das culturas políticas e/ou o balanço do “estado da arte”, que este artigo pretende realizar. Isso significa sinalizar, de antemão, que nos movimentaremos no campo dos possíveis, sem pretendermos esgotar o que quer que seja. A tarefa de inventariar tendências, tendo como ponto de partida um roteiro tido e admitido como nebuloso, pode ter suas vantagens e, no entanto, se revelar frutífera se considerarmos que inventariar não significa necessariamente “unificar, tornar familiar a aparência sob a face de um grande princípio. [...] é reaprender a ver, a ser atento, é dirigir a consciência, é fazer de cada idéia e de cada imagem, à maneira de Proust, um lugar privilegiado²”, para se conhecer e pensar. Isso para que não sucumbamos como D. Quixote, “que em tantas leituras se enfrascou que passava as noites de claro em claro e os dias de escuro em escuro, e assim, do pouco dormir e do muito ler, se lhe secou o cérebro, de maneira que chegou a perder o juízo”.³ Tentemos, portanto, preservar a sensatez frente às diferentes trajetórias que se anunciam.

1 CEFAÏ, Daniel. Introduction. In **Cultures Politiques**. Paris : PUF, 2001, p. 7

2 Aqui estamos parafraseando CAMUS, Albert. “**O Mito de Sísifo**”. Edição Livros do Brasil, Lisboa: S/D, p. 39

3 CERVANTES, Miguel. Dom Quixote de la Mancha. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 30

Um primeiro percurso, alias obrigatório, em enciclopédias e dicionários de política e ciências sociais⁴ mostra-nos que o conceito de cultura política, cuja fecundidade só em anos recentes foi reconhecida pelos historiadores, conheceu grande fortuna crítica nos anos 60, no interior da ciência política comparada, sobretudo de inspiração parsoniana. A referência clássica para a definição do conceito são os trabalhos de G. Almond e S. Verba⁵, notadamente seu manejo da categoria de “cultura cívica”. Assentados na convicção de que o condicionamento ambiental e psicológico modelaria as crenças, os valores e as opiniões políticas, esses autores elegeram o comportamento e as crenças políticas dos indivíduos e dos grupos sociais como seu objeto de análise, de forma a explicar o funcionamento dos sistemas políticos na sua estreita relação com o processo de socialização política. O resultado dessa escolha foi a elaboração de uma tipologia, de forte inspiração behaviorista, utilizada para traduzir os três tipos de orientação e tendência responsáveis pelo comportamento dos indivíduos em direção ao mundo dos fatos e da política: a **cognitiva**, do campo do conhecimento e crenças relativos ao sistema político; a **afetiva**, relativa aos sentimentos alimentados em direção ao sistema político; a **valorativa**, que compreenderia as opiniões e juízos sobre os sistemas políticos. Assim, as atitudes, os valores e as opiniões seriam resultantes da interiorização, no campo da micro política, “de pontos de referência adequados às estruturas objetivas do sistema macropolítico”.⁶

Nessa perspectiva, a cultura política, definida como um “conjunto de tendências psicológicas dos membros de uma sociedade em relação à política”⁷, é o que permite perceber os pontos de contato entre os contextos macro e micro. Assim, os valores, opiniões e atitudes — os quais são identificados e mensurados por meio da utilização de enquetes baseadas na metodologia de pesquisa do survey — desbordam na construção de três tipos de cultura política: a **paroquial**, típica da estrutura política tradicional, quando os papéis que compõem o sistema político são devidamente demarcados e os indivíduos e grupos não detêm o alcance da sua inserção no sistema; a de **sujeição**, própria de estados autoritários, caracterizada pela passividade às decisões emanadas do sistema e a aceitação da impossibilidade de nele intervir; e a de participação, também chamada de **cultura cívica**, relativa a um sistema de tipo liberal-democrático, marcada pela postura participante e ativa de indivi-

4 Ver **Dicionário de ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Ed. FGV/Mec, 1987, p. 295; Bobbio, Norberto, **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1986, p. 306-308

5 G. Almond, S. Verba. **The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations**. Boston : Brown and Co, 1963, Almond, G. 1956. “Comparative Political Systems,” *Journal of Politics* 18(3): 391-4

6 Conforme CEFAI, Daniel, op. cit. 2001, p. 81

7 Apud BOBBIO. Norberto. **Dicionário de Política**. op. cit. p.306

duos e grupos no sistema político. A maior ou menor compatibilidade ou congruência entre as culturas e os respectivos sistemas foram trabalhadas, no interior dessa corrente, através de conceitos como os de adesão, apatia, alienação.

O fato de nos alongarmos na apresentação dessa variante é justamente porque outros entendimentos da cultura política que lhe sucederam tomaram um sentido bem diferente desse. Resta destacar que a utilização desse modelo, geral e normativo, se configurou em uma estratégia de comparação entre diferentes sistemas políticos — e entre as também diferentes culturas políticas nacionais — sempre referidos ao funcionamento das democracias liberais do ocidente, conquanto modelos fixadores dos parâmetros, ou de um *quantum*, de modernidade.

Aqui podemos adiantar que as questões que têm sido recentemente colocadas à essa variante analítica das culturas políticas por parte dos historiadores da política e praticantes da sociologia e antropologia política⁸ — os quais têm colocando o conceito de cultura política no centro de suas reflexões — vão na direção de pensar, tal como é assinalado por Serge Bernstein⁹, se seria válido transformar em teoria a justaposição de comportamentos pragmáticos; se a cultura política teria uma existência prévia independente dos comportamentos que a inspiraria; se as normas e valores teriam de fato um lugar determinante na motivação dos atos políticos; se seria legítimo ter por pressuposto que diferentes civilizações poderiam formular culturas políticas idênticas; se existiria uma cultura política autônoma da cultura global na qual ela está inserida; se, tal como questiona Cefaï¹⁰, o *homo politicus* por ela fabricado não careceria de “maior profundidade histórica ou mesmo de maior densidade antropológica”.

Assim, numa direção ou noutra, seja para problematizá-lo, seja para ampliá-lo ou negá-lo, o modelo comportamentalista, sobretudo na sua versão da cultura cívica, permanece como uma referência onipresente que pontuará qualquer balanço que se faça das novas perspectivas analíticas das culturas políticas e do seu manejo.

Tal é o caso da análise da cultura política realizada no âmbito da antropologia interpretativa, da qual o nome de maior influência é sem dúvida Clifford Geertz¹¹. Nessa linha, também denominada como antro-

8 Aqui estamos considerando as obras e as questões colocadas por CEFÁI, Daniel. *Introduction et Expérience, Culture et Politique*. IN: CEFÁI, Daniel (Org) **Cultures Politiques**. Paris: PUF, 2001; e BERTEIN, Serge. **Les Cultures Politiques en France**. Paris: Seuil, 1999. Ainda sobre a posição dos historiadores acerca da cultura política ver: BADIE, Bertrand. **Culture et Politique**. Paris: Economica, 1983.; SIRINELLI, Jean-François.(Org.) *Des Cultures Politiques*. In: SIRINELLI, Jean-François. (Org) **Histoire des Droites en France**.t.2, Paris: Gallimard, 1992

9 BERNSTEIN, Serge. **Les Cultures Politiques en France**. Op. cit. p.10

10 CEFÁI, Daniel. **Cultures Politiques**, op. cit, p. 09

11 GEERTZ, Clifford. *L' Idéologie Comme Système Culturel*. IN: CEFÁI, Daniel. **Cultures Politiques**, op. cit. p. 35-90; A Descrição Densa. In : **Para um Teoria Interpretativa da Cultura**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986, p. 13-41

pologia simbólica¹², esse autor vai propor um novo arranjo montado em torno das relações articuladas no tripé “sistema social, sensibilidade e sociabilidade”, a partir dos sentidos construídos nos mundos circunscritos de experiências dos atores, recuperados pelo uso estratégico dos procedimentos metodológicos da descrição densa. Sua análise cultural das formas simbólicas, a qual pontua sua reflexão sobre a ideologia, o afasta da perspectiva normativa própria do funcionalismo cuja expressão exemplar seria a abordagem anteriormente mencionada.

Preocupado com o discernimento dos contextos sociais, psicológicos e culturais, bem como com suas tensões, Geertz salienta que “as ideologias tentam tornar as situações sociais compreensíveis e construí-las de tal maneira que seja possível agir dentro do seu quadro. Esta função dá conta de sua maneira altamente figurativa e da intensidade da crença que as sustenta, uma vez que elas sejam aceitas”¹³. Isso porque a ideologia, segundo ele, provê a sociedade de novos quadros simbólicos, os quais reúnem “a miríade de coisas não familiares que, como em uma viagem a um lugar estrangeiro, emergem da transformação da vida política”¹⁴. No seu manejo dos sistemas simbólicos, na sua condição, segundo Geertz, de dar à política tanto os conceitos autorizados, de forma a lhe assegurar uma forma razoável, quanto as imagens persuasivas, de forma a fazer dela uma figura sensível, a ideologia opera no registro da produção de sentidos, bem como no da sua circulação e recepção. Dessa forma, tal como tem sido assinalado¹⁵, ela é tratada por Geertz, “como uma matriz de organização e compreensão dos comportamentos políticos”. Do que se conclui que, no esquema analítico de Clifford Geertz, as formas simbólicas são consideradas como textos culturais a serem lidos e interpretados, do que resulta uma leitura hermenêutica da cultura política.

Algumas críticas têm sido esboçadas à hermenêutica cultural de Geertz, vindas sobretudo da sociologia política¹⁶, mas também dos historiadores, particularmente da história cultural e da micro-história¹⁷, apesar do fato de que esses têm sido mais porosos às suas sugestões teóricas. Uma, é a de que sua proposição não asseguraria a compreensão das situações políticas na sua abertura necessária e simultânea, ao contexto e à temporalidade, tanto quanto às interações e significações cul-

12 Cujas origens remontam à filosofia das formas simbólicas de Ernst Cassirer. Ver CASSIRER, Ernst. **Filosofia das Formas simbólicas**. México : Fondo de Cultura, 1964 ; **Essencia e efecto del concepto de símbolo**. México : Fondo de Cultura, 1989; **Linguagem e Mito**. São Paulo :Perpectiva, 1992

13 Idem, p. 73

14 idem, p.74

15 Conforme CEFAI, Daniel, op. cit, p. 19

16 Ver CEFAI Daniel, op.cit.p 99-101

17 Ver LEVI, Giovanni. Sobre a Micro História. In : BURKE, Peter. **A Escrita da História**. São Paulo :133-161 UNESP, 1992, p.

tais. Outra, é a de que a antropologia interpretativa tomaria as interpretações sociais como um bloco homogêneo, sem considerar as diferenciações dos “sinais e símbolos públicos” que as produzem. Também, uma terceira crítica, é a de que essa perspectiva analítica não contemplaria a valorização dos contextos de experiência e de atividade dos atores políticos e a estrutura de interação entre os mesmos, o que resultaria na essencialização das culturas. Nesse cenário, os atores sociais, reduzidos tão somente à condição de meros agentes dos sistemas sociais e culturais, seriam aprisionados “de maneira passiva, senão inconsciente” no universo das culturas políticas, uma vez que não poderiam perceber, interpretar e agir senão dentro de parâmetros previamente articulados por uma rede de sentidos e conceitos.

É justamente a noção de “contextos de experiência e atividade dos atores”, em clara afinidade com a sociologia compreensiva de Max Weber, que vem sendo destacada como a contribuição mais decisiva no alargamento dos horizontes de análise das culturas políticas vindas, em anos recentes, dos campos da sociologia, da antropologia, e por vezes da história. Essa é chave do amplo balanço do conceito de cultura política empreendido por Daniel Cefaï. No seu texto, construído em clara rota de colisão com o modelo comportamentalista e num diálogo aberto e crítico com a hermenêutica de Clifford Gertz, a noção de experiência é o que, a seu ver, qualifica de modo inovador as relações entre a cultura e a política. Os contextos de experiência e de atividade definidos como “lugares e momentos do mundo da vida cotidiana dos atores, onde esses dão sentidos ao que dizem e ao que fazem; onde eles se acomodam aos ambientes naturais, institucionais e organizacionais; onde eles entram em relações de coordenação, de cooperação e de conflito e onde eles produzem [...] novas formas de compreensão, de interpretação e de representação do mundo”¹⁸, vão englobar uma gama de fenômenos individuais e coletivos. As dimensões da afetividade, da sensibilidade, do simbólico e da memória aparecem como parte tanto de uma experiência coletiva quanto de uma atividade coletiva e seriam todas igualmente “constrangidas por uma gramática da vida pública”¹⁹. Na nova literatura sociológica e histórica sobre as culturas políticas, identificada e analisada pelo autor, ele verifica que os modelos explicativos de tipo mais universal são preteridos por análises circunscritas a contextos menores, a fenômenos mais particulares no sentido de melhor perceber as ancoragens sociais das culturas políticas e das formas culturais em geral²⁰ e

18 Ver CEFÁI, Daniel. *Experience, Culture et Politique*. IN: CEFÁI, Daniel (Org.) *Cultures Politiques*. Op. cit, p.93-116

19 CEFÁI Daniel, op. cit.p. 20.

20 E dessa forma, segundo o autor, se constitui em alternativa às análises de tipo culturalista, onde os fatores culturais interiorizados determinam as práticas sociais; e as de tipo racionalista, onde os atores instrumentalizam os recursos culturais de forma a atender seus objetivos.

recusar o estudo das culturas políticas somente enquanto sistemas simbólicos ou funcionais.

A análise dessas novas abordagens das culturas políticas, na chave da sociologia compreensiva, é a tarefa a que o autor se dispõe a empreender no seu texto, passando pela montagem um largo quadro de referências bibliográficas, no qual, ao fim, ele alinha parte expressiva da produção das ciências sociais e da historiografia contemporâneas. A ligá-las, no seu entender, certos trajetos metodológicos que, embora variados, têm como pontos de referência analítica comum, entre outros: as lógicas de ação e situação dos atores; as estruturas de temporalidade, interação e de pertinência que enquadram as culturas políticas; a constituição dos universos políticos; os usos pragmáticos e estratégicos das culturas políticas; os repertórios de ações, de símbolos e rituais que mobilizam os atores; as gramáticas da autoridade e do consentimento que as ligações cívicas e políticas colocam em jogo, os tipos de economia psíquica que favorecem, sobretudo, as afetividades e sensibilidades enquanto aspecto expressivo mobilizado nas mensagens políticas, nas seduções do poder e na manipulação das emoções coletivas; e por fim as instituições chave, tais como escolas, partidos, sindicatos, etc, os quais seriam de grande importância na transmissão, difusão e recepção das culturas políticas.

Ao analisar as escolhas analíticas desses trajetos metodológicos, o autor os agrupa, bem como às obras que os executam, em campos de instrumentalidade. Assim, por exemplo, o estudo das **lógicas de ação e de situação** permitiriam desvelar a coerência da movimentação dos atores presente na produção de sentidos, nas suas tentativas de se compreenderem nas suas controvérsias, disputas e compromissos, na resolução de seus problemas. Já **as estruturas de temporalidade**, ou de atualização — uma vez que mobilizam passado, presente e futuro e os territórios da memória — facultariam mostrar os verdadeiros contextos temporais onde as “culturas políticas emergem e se transformam”. Por seu turno, o exame das **estruturas de interação** — onde os atores, sob estrangimentos econômicos, organizacionais ou jurídicos operariam, estabelecendo relações de comunicação, cooperação e conflito — quer revelar que é nesse contexto de interação que as culturas políticas são colocadas em jogo.

Em outros pontos de referência, tais como **as estruturas de pertinência**, em que são considerados os “quadros interpretativos e pragmáticos que pesam sobre as escolhas dos atores”, os conflitos e compromissos seriam expressão da autonomia dos atores frente às coordenadas do contexto, se afastando a idéia de uma imposição do consenso através dos códigos culturais. Nessa perspectiva, o autor alinha, com propriedade, a abordagem da micro história, que, como sabemos, privilegia os

micro contextos onde se fazem visíveis os cidadãos comuns com seus estilos de vida, crenças, convicções, hábitos e costumes. Na mesma direção, outro referente analítico reconhecido pelo autor no seu mapeamento — o qual visa alargar a compreensão das culturas políticas — é o da atenção à constituição dos **universos políticos**, onde os autores participam e criam suas maneiras próprias de raciocinar, de julgar de argumentar, expressas e visíveis até mesmo na linguagem comum e nos provérbios, o que permite romper, nos lembra Cefaï, com “o princípio da irracionalidade dos cidadãos ordinários, taxados de incapacidade cívica ou reduzidos à efeito das estruturas de classe”²¹, caros a alguns modelos. A abertura aqui é a da possibilidade de recuperar as várias maneiras de construção da inteligibilidade política.

Ainda outro vetor importante dessa sociologia compreensiva das culturas políticas, identificado pelo autor, é o da consideração dos **usos pragmáticos e estratégicos** das culturas políticas e da sua semântica, uma vez que essas serão utilizadas para orientar o alinhamento das maneiras de perceber, pensar e julgar; para articular os modos de viver em conjunto e as representações da coletividade; para justificar as intervenções no espaço público; para legitimar ou criticar as regras do uso do direito; para a troca de argumentos sobre o sentido dos eventos; e para as decisões ou ações relativas à confecção de bens comuns, e públicos.

Por sua vez, a instrumentalidade da análise das **gramáticas da autoridade e do consentimento** remete à compreensão dos pactos de cidadania — com suas promessas e responsabilidades, bem como injunções da ordem da legalidade e da legitimidade — das formas de articulação da opinião pública e da ação política. Ainda na mesma linha, o autor assinala outros trajetos analíticos percorridos nos novos caminhos abertos para o estudo das culturas políticas, a exemplo da atenção à **economia psíquica**, nas **afetividades e sensibilidades afetivas**, os ritos, os mitos, as relações com a memória; e aos **processos de invenção e imaginação** de tradições e comunidades.

No conjunto, o balanço realizado por Cefaï, mostra o vigor e a pluralidade de análises que recusaram pensar a cultura política através de modelos gerais, comportamentalistas ou formalistas baseados em sistemas de oposição estanques, tais como modernidade/tradição, desenvolvimento/atraso político, para, através do tríptico “experiência, sensibilidade e sociabilidade” se interrogar sobre a ancoragem social das várias culturas políticas, mostrando que nelas “todo tipo de lógica, de racionalidade e de legitimidade coexistem e se combinam, sem que possamos lhes dissociar claramente”²².

21 CEFÁÏ, Daniel. Expérience, Culture et Politique. In: **Cultures Politiques**. op. cit. p. 97

22 CEFÁÏ, Daniel, op. cit, p. 114-115

Em meio a esse vasto programa de análise que, segundo Cefaï, a sociologia compreensiva tem facultado no tocante ao trabalho com as culturas políticas, e no interior desse amplo balanço das possibilidades analíticas abertas, os historiadores aparecem situados pelo autor numa posição, de fato, de grande abertura ao diálogo com a sociologia e a antropologia. Entretanto, se nos é impossível desconhecer as influências sofridas pela historiografia contemporânea, em particular pela história política dos procedimentos da sociologia compreensiva de Max Weber, o mesmo pode ser dito seja das categorias conceituais de Émile Durkheim e Marcel Mauss ; seja das do estruturalismo e do pós-estruturalismo, com suas teorias sobre os signos e a linguagem, a exemplo de Lévy Strauss, Foucault, Barthes, Todorov, entre outros ; da filosofia política de um Claude Lefort, ou de um Cornelius Castoriadis²³ ; e das correntes teóricas do pensamento político, tais como Pocok, Skinner, Koselleck.²⁴ A pluralidade dos referenciais teóricos mobilizados em inúmeros trabalhos responsáveis pelo chamado renascimento do conceito de cultura política ultrapassa em muito a justa atribuição de responsabilidade à sociologia compreensiva. A acomodação das mudanças na concepção do conceito de cultura política parece-nos, assim, não poder ser atribuída em exclusividade à chave sociológica dos “contextos de experiência e atividade dos atores”, malgrado sua rica e efetiva colaboração em função da incorporação, entre outros, das experiências da vida comum, quotidiana e dos seus conflitos ordinários na construção das culturas políticas. Isso porque, de um lado, a cultura política é também tributária da historicidade das idéias, das doutrinas, das teorias — bem como de suas fraturas — ainda que essas estejam inscritas também em realidades sociológicas. De outro lado, porque a historicidade mesma da vida social, com seu dinamismo, ambivalências, indeterminações, acaso e singularidades radicais, próprias da experiência dos sujeitos históricos, nem sempre se ajusta bem aos esforços normativos dos procedimentos sociológicos pelos quais as formas culturais e o mundo da política parecem existir, preferencialmente, em arranjos organizacionais ou situacionais, os quais se traduzem em regras, princípios regulatórios, modelos e rotinas de ação.

De toda forma, os diálogos entre a história e sociologia são um fato e sua repercussão positiva no trabalho dos historiadores e sociólogos, dos

23 Uma discussão sobre a influência desses autores na abertura de novas frentes de interesse no campo da história política, em particular sobre a utilização dos conceitos de representação e imaginário, bem como suas respectivas indicações, podem ser encontradas em DUTRA, Eliana Regina de Freitas, CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Representação Política. O Reconhecimento de um Conceito na Historiografia Brasileira.* In: CARDOSO, Ciro F.; MALERBA, Jurandir. **Representações. Contribuição a um Debate Interdisciplinar.** Campinas: Papirus, 2000, p. 227-267

24 POCOK J. G. A, **Linguagens do Pensamento Político.** São Paulo: EDUSP, 2003; SKINNER, Quentin. **As Fundações do Pensamento Político Moderno.** São Paulo, Cia. das Letras, 1996; KOSELLECK, Reinhart. **Le Futur Passé.** Paris: EHESS, 1990

fenômenos políticos, incluídos aí as culturas políticas, se faz visível, seja no aparato conceitual empregado, na valorização de certas estratégias analíticas e classificatórias, ou mesmo no vocabulário empregado. O que não significa dizer que o modo de operar seja o mesmo, ou que se anulem as exigências próprias das respectivas práticas disciplinares da história e da sociologia. Assim, um bom exemplo, é o que toca à análise dos chamados “repertórios” — de ação, de símbolos e de rituais. Os estudos dos repertórios de ação têm alargado consideravelmente o campo de análise das culturas políticas; um bom exemplo são os trabalhos de Charles Tilly²⁵, no campo da sociologia histórica, centrados sobre os repertórios de contestação, onde o acento particular é colocado no esforço de construir uma tipologia das formas de ação contestatória referidas aos interesses. Outros trabalhos de historiadores lidam com o que poderia também ser chamado de “repertórios”, mas a sua nota diferencial é que estão preocupados menos com sua categorização analítica e mais com a historicidade das formas de ação — sejam elas greves, motins, insurreições, barricadas —, sua linguagem política, seus substratos culturais, sua relação com a tradição, tal como nos trabalhos de Michelle Perrot²⁶, William Sewell²⁷, Stedman Jones²⁸, E. P. Thompson²⁹, Pascal Ory³⁰. O mesmo pode ser dito a propósito dos emblemas, signos, imagens slogans e idiomas políticos, os quais têm motivado obras historiográficas como as de Maurice Agullon³¹, sobre os símbolos e as imagens republicanas; Raoul Girardet, sobre os mitos e as mitologias políticas³²; de Bronislaw Baczko³³, sobre os imaginários sociais; de Lyn Hunt³⁴, sobre a poética do poder e a retórica revolucionária, os quais expressam e dão voz às culturas políticas, mobilizando o imaginário, a memória, as emoções, as expectativas do presente e os sonhos de futuro. E também dos

25 TILLY, Charles. **From Mobilization to Revolution**. New York, Mcgraw-Hill, 1978.

26 PERROT, Michele. **Jeneuse de la Grève. France. France 1871-1890**. Paris: Seuil, 1984.

27 SEWELL, W.Jr. **Work and Revolution in France. The language of Labour from the old Regime to 1848**. London: Cambridge University Press, 1980.

28 JONES, G. S. **Languages of Class. Studies in English Working Class History**. London: Cambridge University Press, 1983. Este autor ao estudar as linguagens políticas da classe operária, e seu vocabulário grevista, tendo como pano de fundo o Cartismo, faz uma interessante análise das linguagens do radicalismo, liberalismo, socialismo entre outras, tendo como pressuposto o conflito entre linguagens políticas rivais e em conflito.

29 THOMPSON, E. P. **Tradición, Revuelta y Consciência de Clase**. Barcelona, Editorial Crítica, 1984. Nessa obra gostaríamos de destacar a análise inovadora do autor realizada em “ La Economía ‘moral’ de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII” e “ El Delito de Anonimato”.

30 ORY, Pascal. **L' entre deux — Mai.Histoire Culturelle de la France. 1968-1981**, Paris: Seuil,; Ver também COTBIN, Alain, MAYEUR, J.- M. **La Barricade.**, Paris, Publications de la Sorbonne, 1997.

31 **Marianne au combat. L'Imagerie et la Symbolique Républicaine de 1789 à 1880**, Paris Flammarion, 1979, também do mesmo autor **Marianne au Pouvoir. L'Imagerie et la Symbolique Républicaines de 1880 à 1914; e Les Métamorphoses de Marianne. L' imagerie et la symbolique républicaine de 1914 à nos jours**. Paris: Flammarion, 2001

32 GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo, Cia das Letras,1987.

33 BACZKO, Bronislaw. A Imaginação Social. IN: **Enciclopédia Einaudi**. Vol.5. Lisboa,. Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1985; **Lumières de L'Utopie**. Paris: Payot, 1978; e **Le Calandrier Républicaine**. IN: NORA, Pierre (org) **Les Lieux de Mémoire**. Paris, Gallimard, v. 1, 1997.

34 HUNT, Lyn. **Politics, Culture and Class in the French Revolution**. Berkeley/Los Angeles, University of California Press, 1984.

estudos sobre os rituais, festas, protocolos e liturgias políticas, de onde tem se originado significativa contribuição ao resgate da decodificação da linguagem das representações, de sua potencialidade estratégica e eficácia legitimadora, no que toca às formas de expressão das culturas políticas que combinam apelos à sacralidade e laicidade, à racionalidade e aos sentimentos. Isso pode ser verificado, por exemplo, no trabalho de historiadores como Oliver Ihl³⁵, sobre a festa republicana, e Mona Ozouf, sobre a festa revolucionária³⁶; de Daniel Arasse, sobre o uso teatral da guilhotina na consagração da República e da democracia; e Claudine Arroche³⁷, sobre a dimensão política dos protocolos gramaticais e corporais e o lugar desses últimos nas encenações e cerimoniais da política e no trânsito entre as esferas públicas e privadas.

Nesses trabalhos, em meio a vários outros, é menos a natureza tipológica, existência normativa ou definição sistêmica, e mais a ambiguidade das práticas e dos significados produzidos e apropriados, em determinados momentos e circunstâncias históricas, e a problematização das formas do seu registro em fontes documentais de natureza diversas — que os comunicam através de formas que podem ser verbais, escritas, gestuais, iconográficas ou simbólicas; ou linguagens, que podem ser políticas, religiosas filosófica, etc — que mobilizam os historiadores.

Essa mesma perspectiva informa os trabalhos históricos que, por seu turno, desde a redescoberta da obra de Norbert Elias se debruçam sobre a economia psíquica, ou ainda sobre as emoções coletivas, as afetividades e sensibilidades públicas, na linha dos estudos empreendidos pelo sociólogo Pierre Ansart a propósito das paixões políticas. O quadro não se altera em obras historiográficas importantes, em que são explorados os canais institucionais de transmissão e de difusão das culturas políticas, seja através dos partidos — socialistas, comunistas — ou das escolas, e também dos expoentes das ideologias republicanas, libertárias, tradicionalistas, nacionalistas, liberais.³⁸

Um esforço de definir a cultura política do lugar da história, de uma perspectiva distinta da sociologia compreensiva — embora em diálogo com a sociologia e a antropologia — nos vem sobretudo de Serge Bernstein³⁹. Partindo do esclarecimento de que o termo cultura política não se

35 IHL, Oliver. **La Fête Républicaine**. Paris: Gallimard, 1996.

36 OZOUF, Mona. **La Fête Révolutionnaire. 1789-1799**. Paris, Gallimard, 1976.

37 AROCHE, Claudine. **Da Palavra ao Gesto**. Campinas: Papyrus, 1998.

38 Este é o caso dos trabalhos de ROSANVALON, Pierre. **Le Sacre du Citoyen: Histoire du Suffrage Universel en France**. Paris, Gallimard, 1992; AGULLON, Maurice. Sur la " Culture Communiste " dans les années Cinquante. In: CEFAL, Daniel. **Cultures Politiques**. Op. cit, p. 273-298; PRÉVOCAT, Jacques. La Culture Politique Traditionaliste. In: BERNSTEIN, Serge. **Les Cultures Politiques en France**. op. cit. p.33-67; WINOCK, Michel. La Culture Politique des Socialistes. Idem, p. 179-214; NICOLET, Claude. **L' Idée Républicaine en France.(1789-1924)** Paris: Gallimard, 1994; CHANET, Jean-François. **L' École Republicaine et les Petits Patries**. Paris: Aubier, 1996; OZOUF, Jacques, OZOUF, Mona, **La République des Instituteurs**. Paris: Gallimard/Seuil, 1992, entre outros.

39 BERNSTEIN, Serge. Nature et Fonction de Cultures Politiques. In BERNSTEIN, Serge. **Les Cultures Politiques en France**. op. cit, p. 7-31; e La Culture Politique. In: RIOUX, Jean-Pierre, SIRINELLI, Jean-François. **Pour Une Histoire Culturelle**. Paris: Seuil, 1997, p. 371-385.

equivaleria ao de idéias políticas ou forças políticas e afirmando que o interesse do historiador das culturas políticas seria o de trazer respostas ao problema fundamental das motivações do político, o autor assinala que o “o ato político, enquanto fenômeno complexo que ele é, se explica freqüentemente por referência a um conjunto de representações compartilhadas por um grupo bastante amplo no seio de uma sociedade”. É esse sistema de representações que ele nomeia de cultura política. Se reportando à definição de Jean-François Sirinelli, para quem a cultura política pode ser considerada “uma espécie de código e um conjunto de referentes largamente formalizados no seio de um partido, ou mais largamente difundidos no seio de uma família ou tradição política”⁴⁰, Serge Bernstein retém e aprofunda a idéia da cultura política como “sistema de representações portadoras de normas e valores que constituiriam a identidade de grandes famílias políticas”⁴¹. Essas famílias podem ser a família socialista, a republicana, a comunista, a centrista, entre outras. Portanto, no espaço do trabalho de compreensão das motivações dos atos políticos e do pensamento político que lhes é subjacente se definiria uma espécie de “código”, expresso por um conjunto de referentes formalizados e compartilhados pelos indivíduos e pela coletividade, os quais seriam adquiridos e traduzidos num determinado ambiente cultural. É justamente essa porção de um patrimônio cultural indiviso — experimentado no curso de uma existência, a um só tempo individual e coletiva, por referência aos sistemas de valores, de regras e de crenças compartilhados em função de uma leitura comum do passado; de aspirações e projeções de um futuro a ser vivido em conjunto; e da comunhão de uma visão de mundo que ele define o conceito e a sua compreensão mesma do que seja a “cultura política”.

Esse entendimento da cultura política que ele propõe aos historiadores pressupõe a existência de um conjunto coerente de elementos que, ao se interrelacionarem estreitamente, não apenas constituem um patrimônio cultural, mas, ao fazê-lo, permitem a definição de uma identidade aos indivíduos e às coletividades que a reclamam. Assim, no interior desse conjunto uma leitura do passado histórico — com a qualificação positiva ou negativa de fatos, momentos e personagens — compõe-se com elementos de base ideológica e ou filosófica; com definições institucionais traduzidas no plano da organização política do Estado; com idealizações de concepções acerca da “boa sociedade”; com utilizações de uma linguagem política e de um vocabulário de símbolos, ritos, gestos e representações visuais que confluem para uma mesma visão de mundo

40 Ver SIRINELLI, Jean-François. *Histoire des Droites en France*. T.II, Paris: Gallimard, 1992, p. II-IV; também *Pour une Histoire des Cultures Politiques: le référent republicain*. In: CEFAÏ, Daniel. *Cultures Politiques*. pp. cit, p. 157.

41 BERNSTEIN, Serge. *Les Cultures Politiques en France*. op. cit, p. 9.

a ser partilhada. As culturas políticas, assim, constituem, em determinados momentos históricos, um conjunto homogêneo, no qual os componentes são estritamente solidários entre eles, devendo, por isso, ser considerados um todo coerente, não obstante o fato dos trabalhos dos historiadores constatarem todo o tempo a existência de vários sistemas de representação coerentes, rivais entre si, que impregnam a visão que os homens têm da sociedade e do lugar que nela ocupam e de suas condutas políticas. Esses sistemas de representação seriam enraizados na cultura geral da sociedade considerada e lhe seriam solidários.

Agregam-se a esse entendimento proposto pelo autor quatro pressupostos básicos, que definem um projeto analítico no que toca à compreensão histórica das culturas políticas: o primeiro pressuposto é que no âmbito da atenção especial que a historiografia dá hoje ao fenômeno cultural, as culturas políticas ocupam um lugar particular, enquanto um dos elementos da cultura de uma sociedade dada, precisamente aquele que concerne aos fenômenos políticos. O seu campo de aplicação, contém reiterar, inscreve-se no político. O segundo pressuposto é o caráter sempre plural das culturas políticas em um momento dado da história, em uma sociedade dada ou em um país dado. Disso decorre que, no interior de uma mesma nação, existe uma pluralidade de culturas políticas cujos territórios são demarcados por limites que correspondem às normas e aos valores compartilhados. Isso implica, no esquema de Berstein, rejeitar, por um lado, uma idéia cara à matriz comportamentalista e evolucionista americana de que existe uma cultura política nacional a ser transmitida de geração em geração por mecanismos de herança. Por outro lado, implica recusar o pressuposto da existência de uma hierarquia das culturas políticas, posta em relação à um “modelo acabado da modernização das sociedades”.⁴²

Num mesmo momento histórico, portanto, podem existir culturas políticas plurais, referidas às raízes filosóficas ou históricas diferentes, tendo concepções opostas de poder, visando projetos opostos de sociedade e com valores antagônicos. Contudo, em torno dessas culturas políticas podem se reunir várias “famílias políticas”, as quais, segundo a definição do autor, podem ter sua identidade “apreendida através de associações, sociedades de pensamento, de jornais de livros, próximos de forças políticas revestidas ou não de uma forma militante, que podem dar lugar à atitudes, à tomadas de posição, de ações, carregadas de uma forma partidária.”⁴³ A cultura política seria, assim, transversal às várias famílias políticas.

42 BERSTEIN, Serge. La Culture Politique. In: RIOUX, Jean-Pierre, SIRINELLI, Jean-François. Pour une Histoire Culturelle. op. cit. p.375

43 BERSTEIN, Serge. Nature et Fonction des Cultures Politiques. In: **Les Cultures Politiques en France**. op. cit. p.19

O terceiro pressuposto é que em determinadas circunstâncias históricas, quando o plano dos valores compartilhados é bastante extenso, uma cultura política pode se tornar dominante frente às demais. Isso não significa, no entanto, a anulação da existência de culturas políticas antagonistas, nem de uma convivência, ainda que conflituosa, lado a lado, ou mesmo, eventualmente de uma certa composição e troca de influências entre elas. Daí elas deverem ser tomadas nesse movimento próprio e não enquanto um dado imóvel aprisionado numa tradição política. Do que resulta a pressuposição de que as culturas políticas evoluem na história em função de determinadas conjunturas e também devido à influência de outras “culturas políticas vizinhas”, podendo, nos seus vários movimentos, declinar ou se marginalizar, quando deixam de responder às aspirações da sociedade, da mesma maneira como apareceram, ou seja, em resposta a problemas específicos e fundamentais da vida pública. Isso apesar do fato de que, nos lembra Berstein dentro da sua grade conceitual, uma cultura política nem sempre se inscreve no concreto. Muitas vezes, é a legenda que é a realidade, uma vez que é ela que mobiliza e determina a ação política concreta, à luz das representações que ela propõe. Um exemplo é o da legenda da Revolução Francesa no sentido que lhe dão os republicanos na França.

O quarto pressuposto é que uma cultura política não é uma mensagem unívoca. Ela é a resultante de uma multiplicidade de fatores, de uma composição de influências diversas, oriundas dos vários vetores por onde passam a integração da cultura política, o que nos interdita pensar que uma influência exclusiva se exerce sobre os indivíduos e a coletividade. Isso porque os canais dessa integração estão colocados na família, que forneceria uma primeira bagagem política; na escola, que se ocuparia de transmitir e socializar referências básicas de uma cultura política; nos grupos de convivência social, por onde circulariam os cidadãos, tais como a igreja e os locais de trabalho; também nos partidos e nas sociedades políticas; na imprensa, no rádio e na televisão; que forneceriam aos indivíduos e aos grupos uma chave de leitura do real.

Para além dos canais da socialização política tradicional, destacados pelo autor, poderíamos acrescentar ainda, em consonância com seu projeto analítico, a importância da memória, elemento também essencial na análise das culturas políticas. Colocadas na encruzilhada das representações coletivas do passado, do presente e do futuro, as culturas políticas são também codificadas e transmitidas pela memória. Assim, a invenção dos lugares de memória; as políticas de conservação do patrimônio; as culturas do museu e suas estratégias de utilidade; os ritos de comemoração e de inauguração, os jubileus; os monumentos; as representações do passado na historiografia, na literatura e no cinema; colocam-se, no nosso entender, no centro das problemáticas de criação,

consolidação, difusão e cristalização das culturas políticas. E a sua aquisição e interiorização, tal como consideramos, se inserem também, nas motivações do político.

Segundo Berstein, a difusão e a transmissão das culturas políticas são feitas a partir de múltiplos canais. No que toca a mídia, ele nos lembra, ela operaria difundindo temas, modelos, argumentos, criando um clima cultural que conduziria à aceitação da recepção da mensagem política correspondente. A sociedade política, por sua vez, seria constantemente reelaborada pelos homens no exercício da construção da cidadania política. Afinal, as culturas políticas — cujo pertencimento à longa duração responderia pela sua longevidade — são sempre inscritas no presente, alerta o autor, apesar do papel que as raízes filosóficas e as referências históricas jogam como seus fundamentos. Nesse ponto, outro autor, Jean-François Sirinelli⁴⁴, adverte, em estudo sobre a cultura política republicana, que as culturas políticas são “organismos vivos” e que podem se constituir para os historiadores em “um observatório de primeiro plano do futuro das sociedades humanas”⁴⁵.

Embora estructurem também os comportamentos individuais, as culturas políticas, como crê acertadamente Berstein, são um fenômeno coletivo: afinal, são grupos inteiros que “partilham postulados, grades de leitura, interpretações, proposições; utilizam-se de um mesmo tipo de discurso; se alinham com os mesmos símbolos; participam dos mesmos ritos”⁴⁶; e atendem às convocações do passado no coração da atualidade. Dessa forma, as culturas políticas facultam a definição de formas de pertencimento político e podem conduzir à criação de profundas solidariedades. Por fim, tomando a cultura e a memória como universos onde são elaboradas experiências históricas, a noção de culturas políticas, tal como proposta por Berstein, permite contemplar um vasto e abrangente programa de estudo políticos.

Assim, por exemplo, entendemos que dentro da rubrica culturas políticas podem se abrigar estudos das implicações cívico-políticas dos fatos da tradição cultural; análises históricas das culturas políticas plebéia, monarquista, republicana, liberal, autoritária, socialista, comunista, anarquista, católica, nacionalista, milenarista, fascista, trabalhista, peronista, entre outras, na suas perspectivas, míticas, utópicas e imaginárias; na sua tradução doutrinária e ideológica; na sua relação com a memória, os símbolos, os ritos e as liturgias políticas; e nas suas expressões institucionais e organizadoras da vida numa sociedade política.

44 SIRINELLI, Jean-François. Pour Une Histoire des Cultures Politiques: le référent républicain. In: CEFAÏ, Daniel. **Cultures Politiques**. Op. cit, p. 157-165

45 Idem, p. 165

46 BERSTEIN, Serge. **Les Cultures Politiques en France**. Op. cit. p. 29

Resta considerar que, entre tantos aspectos positivos propostos aos historiadores e entre sugestivas vias abertas à reflexão das culturas políticas na história, como é o caso das famílias políticas, na proposta de Serge Berstein, algumas questões ainda permanecem e devem ser consideradas: até que ponto o conceito de “cultura” utilizado pelo autor — de extração claramente antropológica — e substrato do seu conceito de cultura política asseguraria a explicação de todas as motivações dos atos políticos? A definição da cultura política enquanto um sistema de representações permitiria um alcance efetivo da dimensão política do fenômeno das culturas políticas na sua tradução em práticas sociais e políticas? Essa definição comportaria pensá-las dentro do processo complexo e dinâmico de sua emergência, aproximando-as do seu lugar na construção e manutenção do mundo da política e dos seus vários embates e tensões? Ela é capaz de contemplar a intervenção dos atores políticos nos seus vários níveis?

Ao fim desse inventário, sumário de algumas abordagens das culturas políticas, fica a expectativa e a urgência de repensarmos essa ciranda de conceitos à luz da análise de algumas experiências históricas concretas das culturas políticas no Brasil e, assim, nos esclarecermos um pouco mais, para, diferentemente de D. Quixote, não nos enchermos da fantasia de que tudo se acha nos livros.